



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete da Vice-Presidência

**CORTE ESPECIAL**

**Agravo Regimental nº 0158723-7/04**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Agravados:** Osaël Rodrigues Veloso e outros

**Relator:** Des. Fernando Ferreira

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO VIA DA QUAL FOI ATRIBUÍDO EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL ENTÃO PENDENTE DO EXERCÍCIO DO JUÍZO PRIMÁRIO DE ADMISSIBILIDADE. SUBSEQUENTE DECISÃO QUE IMPLICOU A SUBMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL À SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS, NEGANDO-LHE SEGUIMENTO EM FACE DO DISPOSTO NO ART. 543-C, § 7º, Nº I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. REFORMA DESSA DECISÃO DENEGATÓRIA, PELA CORTE ESPECIAL, EM SEDE DE AGRAVO REGIMENTAL, COM COMANDO PARA REALIZAÇÃO DE NOVO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DO APELO NOBRE, MERCÊ DE EXAME DOS DEMAIS PRESSUPOSTOS DE SUA VIABILIDADE. CONSEQUENTE SUBSISTÊNCIA DOS REQUISITOS QUE AUTORIZARAM A PROLAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. RECURSO DESPROVIDO.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo Regimental nº 0158723-7/04, julgado em 17 de junho de 2013 e em que figuram, como agravante, Estado de Pernambuco e, como agravados, Osaël Rodrigues Veloso e outros, **ACORDAM** os Desembargadores da Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco, unânimes, em negar provimento ao recurso, consoante relatório, voto e ementa que integram este acórdão.

Recife, 03 de outubro de 2013

Des. Fernando Eduardo Ferreira  
Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete da Vice-Presidência

35  
PR

**CORTE ESPECIAL**

**Agravo Regimental na Cautelar Inominada nº 0158723-7/04**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Agravados:** Osaël Rodrigues Veloso e outros (09)

**Relator:** Des. Fernando Ferreira

**RELATÓRIO**

Cuido de agravo regimental tirado contra decisão da Vice-Presidência concessiva, em sítio de medida cautelar inominada, de efeito suspensivo a recurso especial a tempo e modo interposto pelos agravados.

O fundamento da decisão agravada será exposto com suficiência quando do voto.

De logo, porém, dois aspectos clamam por registro nesta exposição, a saber:

a) com vista à declaração dos respectivos impedimentos para funcionar neste julgamento, na espécie figuram como agravados, dentre outros magistrados, inclusive inativos, eminentes integrantes da Corte Especial, pelo que convém a identificação nominal de todos eles, como segue: Osaël Rodrigues Veloso, José Fernandes de Lemos, Hélio Barros de Siqueira Campos, Sílvio de Arruda Beltrão, Jovaldo Nunes Gomes, Adalberto de Oliveira Melo, João Bosco Gouveia de Melo, José Antonio Macedo Malta e Sandra de Arruda Beltrão;

b) apresento este agravo em mesa ato contínuo ao julgamento do Agravo Regimental no Recurso Especial no Processo nº 0158723-7/02, por cujo resultado esta Corte Especial – por maioria – reformou a decisão ali agravada, de minha lavra como Vice-Presidente, mercê da qual neguei seguimento ao recurso especial de resultado útil acautelado pela decisão aqui desafiada.

Em substância, na petição do recurso o Estado agravante assenta que *"a decisão recorrida, apesar de reconhecer a ausência do 'fumus boni juris' em favor dos requerentes, deferiu o efeito suspensivo pleiteado, tendo em vista a possibilidade de novo exame do direito dos então recorrentes, em sede de uniformização de jurisprudência admitido pelo Superior Tribunal de Justiça (Petição nº 8745/SC)".* Assevera, no entanto, que *"o referido incidente de uniformização de jurisprudência não justifica a concessão do efeito suspensivo pleiteado pelos requerentes".*

Nesse passo, arremata sua bem desenvolvida arenga como segue:

Julg. 17/06/2013

07

"Além disso, deve-se ressaltar que o referido incidente de uniformização apenas foi admitido tendo em vista a necessidade de pacificar a matéria no âmbito da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, uma vez que, no âmbito da Justiça Comum, tal matéria já havia sido decidida em desfavor dos requerentes.

Por fim, oportuno salientar que o referido incidente de uniformização de jurisprudência (Pet nº 8.745/SC) foi julgado em 28/09/2012, por meio de decisão publicada em 10/10/2012, na qual restou reconhecida 'a incidência do Imposto de Renda sobre as parcelas recebidas a título de abono de permanência' (cópias em anexo), nos termos do entendimento consagrado no Recurso Especial nº 1.192.556/PE".

Não tendo exercido o juízo de retratação, apresento o recurso em mesa.

É a suficiente exposição.

---



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

36  
P

CORTE ESPECIAL - 17.06.2013

AGRAVO REGIMENTAL NA CAUTELAR INOMINADA Nº 158723-7/04

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADOS: OZAEL RODRIGUES VELOSO E OUTROS

RELATOR: DESEMBARGADOR FERNANDO FERREIRA

VOTO DO RELATOR

Eminentes pares, eu acho que agora há uma consequência, um corolário desse julgamento, que é o Agravo Regimental do Estado contra a decisão da Vice-Presidência que havia concedido efeito suspensivo ao Recurso Especial antes da decisão que lhe negou seguimento, ou seja, quando os aqui agravados, no julgamento antecedente agravantes, vale dizer, os nove magistrados autores da ação interpuseram o Recurso Especial *pari passu* Suas Excelências requereram a Cautelar Inominada para atribuição de efeito suspensivo quanto a exigibilidade do tributo. É fato que eu concedi o efeito suspensivo porque havia efetivamente pendente, e nós ouvimos isso da tribuna no julgamento anterior o incidente de uniformização de jurisprudência.

Ora, na minha leitura, se havia pendente o incidente de uniformização de jurisprudência, que foi acatado pelo Ministro Benedito Gonçalves era indicativo que a jurisprudência era vacilante a justificar a concessão do efeito suspensivo porque a relevância do fundamento estava exatamente no incidente de uniformização e o perigo da demora é total em desfavor dos requerentes da Cautelar, recorrentes no Recurso Especial, e inverso inexistente em relação à Fazenda Pública por motivos óbvios.

Então havia todo cenário para a concessão do efeito suspensivo que o concedi com a maior serenidade, com a maior tranquilidade, eis que então pendente esse incidente de uniformização. Ocorreu que o Estado de Pernambuco, que é o ente de Direito Público beneficiário da arrecadação do tributo, ingressou com um Agravo Regimental contra a minha decisão concessiva de efeito suspensivo ao Recurso Especial. Quero lhes pontuar que já houve até comunicação ao Presidente, à Receita de que esta suspensão a exigibilidade desse tributo em razão do efeito suspensivo.

O que é que ocorreu? Pouco tempo depois esse incidente de uniformização de jurisprudência foi julgado e aí ficou muito bem esclarecido que não foi o clássico incidente de uniformização de jurisprudência do CPC. Esse incidente foi motivado, é de lei especial, é aquele que visa subjulgar turma de Juizado Especial Federal a jurisprudência dominante do STJ. Ele foi julgado monocraticamente pelo Ministro Benedito Gonçalves que disse o seguinte: "Ora, a jurisprudência aqui é dominante, é pacífica no sentido de que tem natureza remuneratória. Vocês Juizados Especiais Federais não podem estar a afiançar que tem natureza indenizatória." E julgou monocraticamente esse incidente. Houve a oposição de Embargos de Declaração e efetivamente, tem



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

37  
[assinatura]

razão o advogado, Sua Excelência conseguiu ingressar nesse feito como *amicus curiae* e, salvo engano, Sua Excelência aqui presente corrija se eu estiver errado, a própria AMEPE também ingressou como *amicus curiae* nessa sede de Embargos de Declaração.

Bom, o pressuposto, o fundamento do efeito suspensivo para mim está desconstituído, porque, de fato, aquela dimensão que eu havia dado ao incidente não mais se justifica, é um incidente regulado por lei especial. Não há confronto de jurisprudência hoje no STJ a partir de 2008 num sentido e noutro, então o fundamento da minha decisão está desconstituído. Todavia, diante do resultado do julgamento antecedente, onde ficou claro, inclusive pelas palavras do Desembargador Jorge Américo, Sua Excelência ressaltando o seu posicionamento no sentido pessoal, mas elogiando a colegialidade; o Desembargador Luiz Carlos que referiu a questão do efeito prospectivo da incidência do Imposto de Renda, penso eu que, se for destravado esse efeito suspensivo, poderá haver toda a cobrança daquele período e retirar do julgamento anterior o resultado útil.

Então, com essas palavras, eu quero lhes dizer: como corolário do julgamento anterior, eu nego provimento ao Agravo Regimental do Estado de Pernambuco tão somente para manter, resguardar o resultado útil da decisão da Corte Especial tomada no julgamento anterior. Não estou a inovar, estou sim a negar provimento ao Recurso do Estado por que, ao fim, ao cabo, a Cautelar visa resguardar, assegurar o resultado útil ao processo. Ora, se enquanto esse Recurso, e pode até sofrer Embargos de Declaração, com todo respeito já estou vendo o Dr. Henrique ali muito atento, pode haver Embargos de Declaração, pode haver novos Embargos, enfim, enquanto isso, se a Corte não acatar a minha proposta de negativa de provimento ao Agravo Regimental do Estado e, conseqüentemente, retirar o efeito suspensivo os magistrados serão exigidos, e aí qual o resultado útil quando haverá a sangria de seus parques recursos orçamentários domésticos.

Penso eu, então, por esse motivo, é o meu voto nessa linha, como corolário do julgamento anterior do qual fui amplamente vencido, curvando-me respeitosamente à colegialidade, desta feita, eu nego provimento ao Agravo Regimental do Estado de Pernambuco para manter, por outro fundamento, o efeito suspensivo ao Recurso Especial.

É como voto, e ponho a matéria em discussão.

---

DR. MÁRCIO JOSÉ ALVES DE SOUSA - ADVOGADO – OAB/PE – 5786  
(PELOS AGRAVANTES)

Senhor Presidente, questão de fato.

[assinatura]



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

38  
JP

DESEMBARGADOR FERNANDO FERREIRA (PRESIDENTE E RELATOR)

Pois não.

---

DR. MÁRCIO JOSÉ ALVES DE SOUSA - ADVOGADO – OAB/PE – 5786  
(PELOS AGRAVANTES)

É só para comunicar a Vossa Excelência e aos demais desembargadores, que o Incidente de Uniformização, que Vossa Excelência se referiu, continua pendente agora de decisão colegiada, através de Agravo foi para decisão colegiada, ainda não foi julgado.

---

DESEMBARGADOR FERNANDO FERREIRA (PRESIDENTE E RELATOR)

É por que, realmente, a previsão da lei é que esse Incidente seja julgado monocraticamente. É os embargos de declaração que aí, Sua Excelência já disse que vai interpor. Mas, está bem posto, não muda o fundamento do Agravo do Estado é o de que se minha decisão foi a existência de um Incidente de Uniformização, esse incidente já resolvido, não tinha porque subsistir. Estou mudando o fundamento para manter o efeito suspensivo agora tendo em conta o resultado prévio.

---

OS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DESEMBARGADORES JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA, AGENOR FERREIRA LIMA, JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES, EDUARDO SERTÓRIO, GUSTAVO LIMA, FAUSTO CAMPOS, LUIZ CARLOS FIGUEIREDO, MARCO MAGGI, LEOPOLDO RAPOSO E BSRTOLOMEU BUENO VOTARAM DE ACORDO COM O RELATOR.

---

DECISÃO

“POR UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL. IMPEDIDOS OS EXMOS DESEMBARGADORES SÍLVIO BELTRÃO (SUBST. O EXMO. DES. JONES FIGUEIRÊDO), JOSÉ FERNANDES DE LEMOS E JOVALDO NUNES. AVERBOU-SE DE SUSPEITO O EXMO. DES. EDUARDO PAURÁ.”

---

04